

Comércio e Imigração Italiana: uma estreita relação na cidade de São Carlos/SP/Brasil (1880-1900)

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira*

Resumo

O presente trabalho mostra a relação entre a grande imigração para o Brasil do final do século XIX e o comércio urbano exercido por imigrantes, principalmente italianos, na constituição e formação de uma cidade no Oeste Cafeeiro Paulista, no caso São Carlos-SP (Brasil). Contrariamente à política nacional brasileira de imigração destinada a atrair imigrantes para o trabalho somente nas lavouras de café, muitos imigrantes iam para as cidades montar pequenos negócios. Algumas vezes os imigrantes alcançavam êxito com seus negócios e se tornavam industriais. Mas o quadro que se apresenta e será analisado nesse trabalho na cidade de São Carlos, e que se repete por várias cidades do Oeste Cafeeiro Paulista, é a presença maciça de imigrantes italianos no comércio varejista, oficinas e pequenas indústrias, ou como alfaiates, ferreiros, sapateiros ou outras profissões urbanas que já exerciam no seu país de origem.

A presença do imigrante italiano no comércio de São Carlos é marcadamente percebida pelo grande número de casas comerciais de propriedade de italianos. Primeiramente os italianos dirigiram-se para o comércio ambulante; ao se estabelecerem nas cidades, os mascates abriam uma lojinha, de preferência de gêneros alimentícios, de armarinhos ou de artigos diversos. Não se deve esquecer que inicialmente os imigrantes não estavam adaptados aos hábitos brasileiros, e muitas vezes preferiam os produtos que vinham de seus países de origem, devido a seu sabor, por hábito ou por lhe trazer lembranças familiares, ou pela sua qualidade superior. Um fator de atração para o trabalho no comércio, é que muitas vezes os comerciantes estrangeiros preferiam contratar pessoas da mesma nacionalidade para uma melhor comunicação e entendimento. Esse fato ocorria principalmente com ingleses, alemães, sírios e libaneses.

A expansão do café deu um novo dinamismo a essa região, a infra-estrutura urbana de São Carlos foi alterada pela vinda de novas tecnologias e do grande contingente populacional imigrante, como a estrada de ferro ligando a cidade de São Carlos à Rio

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Araraquara, São Paulo, Brasil.

Claro, e desta à São Paulo e ao Porto de Santos; o telefone; a canalização de águas; a iluminação elétrica para casas e vias públicas; a construção da rede de esgoto; as ruas foram calçadas com paralelepípedos; e os bondes elétricos.

Resumen

El presente trabajo muestra la relación entre la gran inmigración para el Brasil del final del siglo XIX y el comercio urbano ejercido por inmigrantes, principalmente italianos, en la constitución y conformación de una ciudad en el Oeste Cafeero Paulista, en este caso, San Carlos, estado de San Pablo, Brasil. Contrariamente a la política nacional brasileña de inmigración destinada a atraer inmigrantes para el trabajo exclusivo en las plantaciones de café, muchos inmigrantes se deslocaban para las ciudades para establecer sus pequeños comercios. Algunas veces los inmigrantes lograban éxitos con sus comercios y se convertían en industriales. Pero el cuadro social que será analizado en este trabajo se refiere a la ciudad de San Carlos, y que se repite en varias ciudades del Oeste cafeero Paulista, más específicamente se examinará la presencia maciza de inmigrantes italianos en el comercio al por menor, como oficinas y pequeñas industrias, costureros, herreros, sapateros ou otras profesiones urbanas que ya ejercían en su país de origen.

La presencia del inmigrante italiano en el comercio de San Carlos es marcadamente percibida por el gran número de casas comerciales de propiedad de italianos. En primer lugar, los italianos se dirigían para el comercio ambulante; al se establecer en las ciudades, ellos abrían una pequena tienda, de preferencia de generos alimenticios, de armários o de artículos diversos. No se debe olvidar que inicialmente los inmigrantes no estaban adaptados a los hábitos brasileños, y muchas veces preferían los productos que venían de sus países de origen debido a su sabor, por costumbre o por les traer recuerdos familiares, o por su calidad superior. Un factor de atracción para el trabajo en el comercio era que muchas veces los comerciantes extranjeros preferían contratar personas de la misma nacionalidad para una mejor comunicación y entendimiento. Ese hecho ocurría principalmente con ingleses, alemanes, sirios y libaneses.

La expansión del café dió un nuevo dinamismo a esa región; la infra-estructura urbana de San Carlos fue alterada por la llegada de nuevas tecnologías y por el gran contingente poblacional inmigrante, como por ejemplo: el ferrocarril que unía a la ciudad de San Carlos y Rio Claro, y de esta a San Pablo y al Puerto de Santos; inclusive, el telefono, la canalización de águas, iluminación eléctrica, la construcción de

red de alcantarillado (desecho de águas servidas), calzamiento de las calles y los bondes eléctricos.

Comércio e Imigração Italiana: uma estreita relação na cidade de São Carlos/SP/Brasil (1880-1900)

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira*

*Uma vez vencidos os últimos preconceitos do estrangeiro
contra nossa lealdade, estarão abertas as portas à imigração.
Mais um esforço e tudo ficará feito.
A geração actual não fruirá gozos, mas com toda a certeza
a vindoura colherá os fructos de trabalho tão afanoso.
Joaquim Floriano de Godoy*

O presente trabalho mostra a relação entre a grande imigração para o Brasil do final do século XIX e o comércio urbano exercido por imigrantes, principalmente italianos, na constituição e formação de uma cidade no Oeste Cafeeiro Paulista, no caso São Carlos-SP (Brasil). Contrariamente à política nacional brasileira de imigração destinada a atrair imigrantes para o trabalho somente nas lavouras de café, muitos imigrantes iam para as cidades montar pequenos negócios. Algumas vezes os imigrantes alcançavam êxito com seus negócios e se tornavam industriais. Mas o quadro que se apresenta e será analisado nesse trabalho na cidade de São Carlos, e que se repete por várias cidades do Oeste Cafeeiro Paulista, é a presença maciça de imigrantes italianos no comércio varejista, oficinas e pequenas indústrias, ou como alfaiates, ferreiros, sapateiros ou outras profissões urbanas que já exerciam no seu país de origem. O foco central é a relação entre o comércio urbano e a imigração na cidade de São Carlos, localizada na região central do estado de São Paulo, que teve sua economia marcada pela pujança do café e cuja urbanização foi fortemente alterada com o enorme contingente populacional a ela dirigido com a imigração, principalmente a italiana.

Na segunda metade do século XIX ocorrem alguns fenômenos importantes que irão traduzir algumas modificações na estrutura econômica e social do país, contribuindo para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre:

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Araraquara, São Paulo, Brasil.

a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes no país. Em segundo lugar, a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção. Finalmente, as tentativas, bem-sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito. (COSTA, 1999, p.251).

O panorama geral era esse, as aglomerações populacionais sofreram muitas transformações, chegando a se tornar os centros urbanos como se conhece hoje. Entende-se que a compreensão do presente será sempre imperfeita se esquecermos das ações passadas da História.

A cidade é antes de mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia. Assim foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã. (ROLNIK, 1995, p.13). As cidades são construídas pelas ações humanas, e lendo o que ocorreu com elas - principalmente num período conturbado de transformações, e sobretudo, os problemas ligados exatamente à aglomeração - pode-se orientar melhor as ações e as propostas sobre esse urbano.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (CALVINO, 1995, p.44). A escolha da cidade de São Carlos do Pinhal, como era chamada até o ano de 1908, deu-se pela sua importância econômica no Oeste Cafeeiro e no estado de São Paulo. Durante décadas, um grande contingente dos imigrantes chegados em São Carlos era proveniente da Itália. São Carlos constituiu-se num dos principais pontos da imigração italiana no estado de São Paulo. Em 1886, São Carlos recebeu um número de imigrantes italianos somente inferior ao número recebido pela cidade de Campinas, também no interior de São Paulo. Nesse ano, dos 533 imigrantes entrados no município, 458 eram de nacionalidade italiana, segundo Truzzi (1986, p.60). Focalizando a cidade de São Carlos, não impede que se tenha uma visão geral do que foi a imigração e o comércio urbano para São Paulo e o Brasil. São Carlos não será destacada do contexto, mas antes, justifica-se fazer um estudo pormenorizado com o intuito de individualizá-la, por um lado, e de outro, entender o que ocorreu no próprio estado de São Paulo.

Para o estudo, foram usados como fontes primárias os jornais publicados em São Carlos e os almanaques, além da bibliografia pertinente. A fonte principal e que dará o

fio condutor ao trabalho, serão os almanaques de São Carlos no final do século XIX e início do século XX. Almanagues são encadernações com vários tipos de informações da história do município contada geralmente pelos próprios moradores, como também a história dos moradores e fazendas importantes, as fases da lua, o calendário de festas e eventos, propagandas entre muitas outras informações. Não há uma periodicidade específica, e nem mesmo dados que se repetem ao longo das publicações, mas é uma fonte de informações importantíssima para se conhecer as cidades. Existem alguns Almanagues editados para São Carlos, os mais importantes para esse trabalho são dos anos de 1894, 1916-1917 e 1928, mas existem as edições de 1905, 1915 e 1927. Essa escolha se deu por representar uma fonte primária pouco explorada e riquíssima de informações, e por ser um veículo de informação do período. Toma-se conhecimento pelos almanaques e pelos jornais das relações cotidianas dos articulistas com seus leitores e de suas idéias sobre os assuntos abordados.

Os imigrantes que viviam no mundo urbano, em geral são pouco enfatizados pela historiografia que trata do tema e do período serão os atores principais desse trabalho. A historiografia sobre a imigração italiana tem focalizado especialmente o mundo rural, especialmente também o fluxo de imigrantes italianos que se dirigiu para a lavoura cafeeira e, portanto, enfatiza muito mais a experiência rural (FAUSTO, 1991, p. 26).

Agora serão abordadas as atividades comerciais urbanas exercidas por imigrantes italianos em São Carlos, durante as últimas décadas do século XIX. Nesse momento, a região se caracterizava essencialmente pela economia agroexportadora, baseada na produção de café. Diante da crescente expansão do café para o Oeste Cafeeiro, da necessidade de incorporação de novas terras, das técnicas de cultivo rudimentares e do declínio da escravidão, a imigração italiana surgia como a fonte potencial de mão-de-obra, e a solução para um ideal de uma “nação branca civilizada”. A expansão da fronteira agrícola, a construção das estradas de ferro e o dinamismo da economia cafeeira favoreceram o aumento da população em geral, a imigração e o crescimento das cidades. Os imigrantes tiveram papel ativo nos núcleos urbanos que se desenvolveram nas regiões de expansão cafeeira. Em São Carlos, os imigrantes, além de trabalharem nas lavouras de café, exerciam diversas profissões urbanas: eram tipógrafos, sapateiros, alfaiates, cocheiros, serralheiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, marmoristas, barbeiros, mascates, e outros. Os jornais de São Carlos, sem dúvida, revelam o impacto da chegada dos estrangeiros, as dificuldades de adaptação e

convivência em um ambiente estranho, novo, às vezes hostil, e em meio à desconfiança. Injúrias, ameaças, desavenças, desordens, crimes graves e pequenos distúrbios, além de protestos envolvendo indivíduos ou toda a coletividade, políticos ou sociais, são comumente retratados nos jornais de São Carlos. Estes noticiam conflitos, crimes, brigas, algazarras e protestos em que se envolveram os imigrantes italianos que afluíram para a cidade, e também focalizam as ações de uma quadrilha, denominada “Quadrilha Mangano”, composta em sua maioria por italianos. A “Quadrilha Mangano” atuou na cidade de São Carlos quando essa estava fragilizada por uma grande epidemia de febre amarela, entre os anos de 1896-1898, que dizimou e afugentou grande parte da população. Tais conflitos mostram e evidenciam a formação da identidade italiana, muito recentemente formada também na Itália, uma vez que a Unificação se deu em 1870, por meio do embate e do contraste com outras etnias.

Desde a vinda de D. João VI para o Brasil tem-se em pauta a discussão sobre imigração. No início o problema era demográfico, faltavam pessoas para povoar o Brasil, e iniciou-se a formação de núcleos coloniais formados com imigrantes alemães, suíços e açorianos. A partir de meados do século, com a extinção do tráfico internacional de escravos, em lugar de imigrantes pequenos proprietários passou-se a promover uma política que visava fornecer *braços para a lavoura*, mudando assim sua orientação que antes era colonizadora. O iminente fim da escravidão e a crescente expansão cafeeira exigiam uma solução para o problema de mão-de-obra. Os imigrantes tornaram-se a solução imediata (COSTA, 1985, p. 162-172).

Segundo Cervo (1981), o parlamento sempre ligou as questões do fim do tráfico de escravos com a colonização, entendendo-as como verso e reverso da mesma moeda. A partir da extinção do tráfico havia a necessidade de mão-de-obra para a economia agrícola de exportação e para o incremento da riqueza. Já nos debates de 1848 no parlamento, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro revelam posições originais e contrastantes. Havia vontade explícita e unânime de promover a imigração, mas existia uma grande hesitação de qual seria o melhor meio para conseguí-la, observando evidentemente a questão da propriedade da terra.

Segundo Costa (1985), recorreu-se à colonização estrangeira, sob o sistema de parceria, em meados do século XIX, com o objetivo de promover pouco a pouco a substituição do braço escravo na lavoura de café. Visto que os núcleos de colonização usados desde os tempos de D. João VI, não eram a solução ideal para atender às

necessidades da lavoura, que exigia braços para o cultivo do café, e não mais núcleos de povoamento.

O conhecido senador Vergueiro foi o pioneiro na tentativa de atrair os colonos para sua fazenda de café. Iniciou suas experiências com colonos portugueses, e posteriormente suíços, alemães. As suas tentativas deram em certo sentido, resultados positivos. O senador criou a *Vergueiro & Cia* que, por acordos com o governo se comprometia, a trazer estrangeiros através do sistema de parceria. Muitos fazendeiros devido ao problema crescente de mão-de-obra, interessaram-se pela solução proposta por Vergueiro (COSTA, 1985).

Os estrangeiros eram contratados na Europa, e trazidos para trabalhar nas lavouras de café. As despesas com a viagem e o transporte até as fazendas eram pagas pelo proprietário como uma forma de adiantamento ao colono, como também algum dinheiro necessário à sua manutenção. Ao chegarem à fazenda eram-lhes atribuídos alguns pés de café para tratar e cultivar, e também colher e beneficiar o café. O proprietário se encarregaria de vendê-lo, e metade do lucro líquido seria dado ao colono. Muitos imigrantes foram introduzidos por meio desse sistema de parceria, principalmente na região do Oeste Paulista. Entretanto, no final da década de 1850, já se poderia considerar que a experiência fracassara. Os fazendeiros tiveram sérias dificuldades para tratar com seus colonos, e esses por sua vez se encontravam desiludidos com o trabalho dos imigrantes (COSTA, 1985; STOLCKE, 1986).

Alguns colonos se revoltaram, e a maioria buscou reduzir sistematicamente seu empenho no cultivo dos cafezais. Segundo Stolcke (1986), após 1857, o sistema de parceria foi sendo abandonado nas lavouras de café paulistas. Os governos europeus passaram a proibir a emigração para as fazendas de café de São Paulo. O número de imigrantes empregados no cultivo do café foi se reduzindo gradativamente, durante as duas décadas seguintes. Contudo, no final da década de 1870, os fazendeiros continuavam a utilizar em suas fazendas trabalhadores livres. Porém introduziam gradualmente ajustes nos contratos de trabalho, baseados num sistema de salários fixos e outras compensações. Assim introduziu-se o sistema de locação de serviços (sistema em que os trabalhadores recebiam preço preestabelecido por medida de café colhido), que foi um incentivo salarial, mas o mesmo não assegurava o desinteresse em virtude da dívida adquirida. Esse sistema também foi abandonado gradativamente. O sistema empregado pelos fazendeiros posteriormente foi o colonato, sistema misto de

remuneração, por tarefa e por medida de café colhido. O colonato prevaleceria nas fazendas cafeeiras desde a década de 1880 até a década de 1960, aproximadamente.

O grande problema de mão-de-obra na lavoura do café continuava sem uma solução efetiva. Segundo Vangelista (1991), somente quando o governo provincial criou os canais institucionais necessários para atrair, receber, concentrar e distribuir os contingentes de trabalhadores imigrantes, estes passaram a chegar em número cada vez maior pelo porto de Santos. Pelo sistema de imigração subsidiada o imigrante obtinha o financiamento necessário para a viagem e a estadia, com a construção da Hospedaria de Imigrantes, até a sua colocação na lavoura.

Em agosto de 1871, às vésperas da aprovação da Lei do Ventre Livre, o presidente da província de São Paulo reuniu-se com vários financistas e fazendeiros a fim de formar uma Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, com o propósito de facilitar para os fazendeiros a aquisição de trabalhadores livres. A Associação, em dezembro de 1881, constituiu uma comissão para planejar a hospedaria de imigrantes. A primeira, organizada por Nicolau de Souza Queiroz, foi construída em 1885 e, foi localizada no bairro do Bom Retiro em São Paulo. A hospedaria, apesar de ter passado por uma reforma que aumentou sua capacidade para 500 imigrantes, se mostrou insuficiente. Uma nova começou a funcionar no bairro do Brás em 1888, com capacidade para abrigar 4.000 pessoas (HOLLOWAY, 1984).

Desde a chegada na hospedaria até a vinda de um fazendeiro ou seu agente para contratá-los, os imigrantes tinham o direito ao alojamento, à comida e à assistência médica financiados pelo governo provincial. A Hospedaria funcionava como uma agência de trabalhadores, um centro de distribuição de imigrantes, intermediando os acordos com os fazendeiros; quem não tivesse ainda um contrato poderia facilmente conseguí-lo. A cidade de São Paulo, nesse momento, era um enorme centro de intercâmbio da força de trabalho, partindo daí inúmeras caravanas de imigrantes para o interior rumo as novas fazendas de café do oeste (VANGELISTA, 1991).

Desde março de 1884, a Assembléia aprovou verbas para o subsídio da imigração. As verbas eram calculadas pelo número de imigrantes trazidos para o Brasil. Havia evidências de que muitos imigrantes transportados para o Brasil eram inaptos ao trabalho na lavoura de café. As companhias de navegação e recrutamento não tinham critérios adequados para a escolha dos imigrantes. Segundo Hall (1974, p. 139), entre 1880 e 1920 foram introduzidos no Brasil mais de um milhão e meio de imigrantes, em

sua maioria trabalhadores braçais para as plantações de café de São Paulo. As *oportunidades econômicas*, a possibilidade de trabalho *sem patrão* e os mitos criados pelos agentes das companhias de navegação e campanhas publicitárias atraíram centenas de italianos. As companhias e os agentes vendiam a imagem romântica de um país tropical com vegetação exuberante, fartura, céu azul, água em abundância dentro de um país de fantasia, rico, próspero, democrático no qual existiriam espaço e dinheiro para todos. O comércio de trabalhadores no século XIX gerou grandes lucros para essas companhias (LAMOUNIER, 1993). Para Isenburg (1987), o impulso de tantos trabalhadores europeus rumo ao continente americano na busca de melhores condições, não teria sido suficiente para colocar em movimento toda a massa populacional que se deslocou. Segundo esta autora, o motivo para tantos imigrantes irem para outras terras foi que entre os dois pólos, Europa e América, estavam as companhias de navegação.

Devido aos conflitos entre os proprietários de terras e as companhias de recrutamento, foi fundada em 1886 a Sociedade Protetora da Imigração, semelhante à Sociedade Auxiliadora da Colonização e Imigração. Segundo Holloway (1984, p. 63-64),

enquanto a tentativa do início da década de 1870 [tentativa de se formar uma Sociedade Auxiliadora da Colonização e Imigração] foi, em geral, um fracasso, a de 1886 revelou-se um empreendimento cujo dia havia chegado. Em 1886, assinou-se novo contrato de imigração, que trouxe para São Paulo noventa mil europeus em apenas três anos. Os plantadores engenharam um sistema de contratos de salários a curto prazo, capaz de proporcionar suficiente incentivo para assegurar a vinda de levas anuais de imigrantes mas que ao mesmo tempo, prudentemente, conservava a posse da terra em suas próprias mãos.

A Sociedade Protetora da Imigração fez um trabalho de publicidade da imigração e, também assumiu para si a responsabilidade administrativa por todo o programa imigratório. A Sociedade também garantiu a continuidade da imigração durante a transição do Império para a República. Na República, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo ficou com o serviço da imigração estadual, absorvendo assim, em 1895, a Sociedade Protetora da Imigração. Durante a última fase do Império e início da República, os fazendeiros de café paulistas eram, eles mesmos, os porta-vozes influentes no governo do Brasil, ou tinham aí seus representantes. Deste modo o governo nacional ajudava ocasionalmente os paulistas na importação de trabalhadores. Mas para a Província tal afirmação é insuficiente para

descrever o poder dos fazendeiros. “O governo de São Paulo eram ele mesmo o instrumento dos fazendeiros de café” (HOLLOWAY, 1984, p. 67).

Segundo Holloway (1984), as exigências técnicas da produção cafeeira é que ditavam as necessidades de mão-de-obra, que por sua vez levavam cada vez mais à importação de grandes contingentes de trabalhadores imigrantes. O cafezal precisava ser carpido, limpo de ervas daninhas que sugavam os nutrientes e baixavam a produtividade do cafezal; trabalho que era feito com enxada, instrumento-padrão. Isso significava que as exigências de mão-de-obra continuavam elevadas, e esse problema era básico na organização do trabalho.

Existiam mecanismos reguladores da demanda e da oferta de força de trabalho, que segundo Vangelista (1991), estavam estritamente ligados a três importantes acontecimentos que transformaram profundamente a realidade econômica brasileira. A grosso modo, eram: a inserção da região centro-sul no mercado mundial, a crise do sistema escravista, e o movimento migratório transcontinental. São Paulo era uma área econômica na qual a produção estava constituída exclusivamente pela terra e pelo trabalho. A terra era praticamente ilimitada, enquanto que com a força de trabalho não acontecia o mesmo, ao contrário, era cada vez mais escassa.

Segundo Holloway (1984), a vinda, principalmente de imigrantes do sul da Europa, não se deu de maneira *acidental*, ocorreu devido a uma política consciente de uma elite econômica e política de São Paulo, cujas fortunas dependiam literalmente do café consumido no centro do sistema econômico mundial. Segundo Vangelista (1991), a imigração para São Paulo se deu não apenas por um movimento espontâneo de atração exercida pelo pólo dinâmico da economia do Brasil, foi também devido a uma política de migrações bem definida.

Ao final do século, as discussões políticas entre o governo brasileiro e o italiano a respeito da imigração eram freqüentes. Após receber um relatório apontando a inadequação das instalações de recepção de imigrantes, o ministro italiano Crispi ordenou uma interrupção na imigração subsidiada, que vigorou desde março de 1889 até julho de 1891, quando o ministro Nicotera rescindiu a ordem. Após esses problemas, o governo brasileiro voltou a intervir, e muito, na imigração subsidiada, sendo o ano de 1895, o de maior gastos com subsídios (HOLLOWAY, 1984).

Segundo os dados apresentados por Holloway (1984), os imigrantes italianos representavam cerca de 46% dos imigrantes que entraram no país no período de 1887 a 1930; mais precisamente entre 1887 a 1900 os italianos constituíram 73% do contingente. Em sua maioria provinham do norte da Itália. No último quartel do século XIX, quando os fazendeiros paulistas pensaram seriamente em imigrantes para a substituição da mão-de-obra escrava, a economia da Itália estava em estagnação. Segundo Vangelista (1991, p. 67), os italianos, entre os europeus, eram preferencialmente procurados e empregados como trabalhadores agrícolas nas fazendas, por possuírem traços sociais e culturais mais adequados à forma de trabalho da colônia¹.

As alterações agrárias na Itália no século XIX ocasionaram um fenômeno de proletarização, isto é, a transformação do camponês em trabalhador livre. A economia italiana não tinha condições de absorver integralmente a população proletarizada, acarretando, posteriormente, a emigração e a vinda maciça de imigrantes italianos para o Brasil². Além de uma política que salientava a laboriosidade do imigrante italiano e sua dedicação a todos os trabalhos necessários, ressaltava-se a utilidade da *família imigrante*, não só o homem, como a mulher e filhos eram úteis para a lavoura. Martins (1973, p. 177) cita Delden Laërne, que resumiu o sentido da avaliação positiva do imigrante italiano constante de outros depoimentos:

Os colonos italianos, sobretudo os do norte da Itália, satisfazem melhor aos proprietários. Contentam-se com pouco, são muito econômicos e mais fáceis de dirigir que os colonos alemães, que parecem ter aversão pela cultura de café.

Para Martins (1973, p. 16), a imigração maciça de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, e dentre eles principalmente italianos, sobretudo a partir de 1886, e que perdurou por “quase meio século, está diretamente ligada à constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura de café, tendo como suporte simbólico a ascensão social do trabalhador para essa forma de campesinato”. Martins demonstra que essas características distintivas do imigrante e do campesinato foram concretamente engendradas pela sociedade de adoção do imigrante. A imigração não é apenas a transferência de um local para outro; do ponto de vista sociológico, é a transição do sujeito, estando esse sozinho ou em grupo, de uma *sociedade* para outra.

¹ A colônia por sua vez foi escolhida justamente porque é o relacionamento de trabalho mais adequado para manter a mão-de-obra na fazenda, assegurando ao latifundiário ao mesmo tempo um trabalho contínuo, um custo monetário mínimo e uma certa estabilidade social. (VANGELISTA, *op. cit.*, p. 67).

² MARTINS, 1973, p. 75-76.

O café contou com avanços tecnológicos vitais para sua expansão. Primeiramente, a ligação entre as fazendas produtoras de café e os portos era feita através de lombos de mulas, os tropeiros. Porém com a demanda e a produção aumentando, essa forma rudimentar de transporte foi substituída pela estrada de ferro. As estradas de ferro passaram a substituir os tropeiros para os longos percursos, e eles passaram a ligar apenas a fazenda à estação mais próxima e para transportar as mercadorias necessárias à fazenda. Segundo Vangelista (1991), as estradas de ferro e o capital inglês, nelas investido, transformaram profundamente a paisagem, a estrutura urbana e a economia de várias zonas paulistas no século XIX. Muitos troncos ferroviários, construídos para escoar a produção agrícola, foram abandonados quando o café entrou em decadência.

Segundo Holloway (1984), o plantio do café no planalto ocidental de São Paulo ocorreu, praticamente, no mesmo período que no Vale do Paraíba. Entretanto, na década de 1880, a estrada de ferro revolucionou o transporte do café, expandindo as áreas de acesso fácil à costa, e conseqüentemente aos portos, tornando o estado de São Paulo, principalmente o oeste, no centro dinâmico da lavoura cafeeira do Brasil. Holloway (1984) comenta que além das estradas de ferro, os navios a vapor também facilitaram a expansão do café. A navegação foi de vital importância para a vida econômica de São Paulo. Os navios partiam dos portos levando o café para os mercados externos e traziam trabalhadores para o café, geralmente da Europa Meridional. Já as estradas de ferro exerciam o mesmo papel dos navios, só que ligando o interior à costa.

O período de 1880 até 1930 foi a época em que o oeste de São Paulo predominou entre todas as áreas produtoras de café do mundo. As condições naturais de São Paulo e as exigências técnicas do café influenciaram o modo de organização da força de trabalho da fazenda, e a demanda de mão-de-obra. São Paulo contava ainda com a abundância de terras e a contínua disponibilidade de solo virgem na fronteira ocidental, justamente quando ocorreu o grande *boom* dos preços do café, entre 1885 a 1896. As condições propícias concorreram para um aumento no número de cafeeiros em produção no oeste de São Paulo, entre os anos de 1886 a 1900, especialmente na região designada como Paulista, que inclui o município de São Carlos³.

Segundo Vangelista (1991), a fronteira, neste contexto histórico, é diferente da definição geográfica atual para o termo.

³ HOLLOWAY, 1984, p. 22-26.

Fronteira é a faixa territorial continuamente em movimento, voltada aos espaços ainda desconhecidos ou, de qualquer forma, livres e passíveis de serem conquistados, determinada pelo avanço dos processos de povoamento e de criação de uma estrutura produtiva coerente com o resto do território já ocupado. (VANGELISTA, 1981, p. 237)

A fronteira do café se encontra em franco movimento em São Paulo, durante o período de pujança do café.

Por ser a terra baratíssima em relação ao capital e à mão-de-obra, não se faziam esforços para prolongar-lhe a fertilidade. Em consequência disso, criou-se um padrão de fronteira falsa, que gradativamente se movia em direção do oeste e deixava após si terras que só serviam para pastos. ... O cafeicultor era obrigado a reinvestir em novas propriedades se não quisesse ver declinar sua fortuna real. (DEAN, 1971, p. 50)

Essa era a realidade das fazendas paulistas, sempre em busca de novas terras férteis, cada vez mais procuradas, pois as histórias de enriquecimento rápido com o café se espalhavam.

Por volta de 1718, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, o *sertão de Araraquara* se tornou conhecido. Tal denominação indicava as regiões situadas para além das terras de Rio Claro, que hoje ocupam os municípios de Rio Claro, Descalvado, São Carlos, Brotas, Araraquara e outros⁴. As terras de São Carlos ficaram por muito tempo sem serem ocupadas efetivamente. O primeiro habitante de São Carlos teria sido Pedro José Netto, em 1790⁵. O nome para a cidade de São Carlos do *Pinhal* veio da sesmaria do Pinhal, e do padroeiro, São Carlos Borromeu⁶ escolhido pela família que fundou a cidade, a família Arruda Botelho⁷.

Segundo Lorenzo (1979, p. 29), em 1827, o tenente-coronel Carlos José Botelho transferiu residência para Araraquara, e iniciou a exploração das terras da sesmaria do Pinhal, por meio do plantio da cana e de alguma atividade criatória. Porém a efetiva fixação do homem no núcleo populacional de São Carlos, que tinha se iniciado modicamente em 1829, só ocorreu em 1857, com a transferência de Carlos José Botelho acompanhado de sua família e outras pessoas.

⁴ MADUREIRA, 1987, p. 29.

⁵ CASTRO, 1916-1917, p. 8.

⁶ São Carlos Borromeu era arcebispo de Milão e foi canonizado em 1610.

⁷ Pela Lei estadual nº 1158, de 26 de dezembro de 1908, a denominação da cidade de São Carlos do Pinhal passou a ser apenas São Carlos. (ENCICLOPÉDIA de Municípios Brasileiros, 1958, p. 164). ALMANACH de São Carlos do Pinhal, 1894, p. III-IV, e ENCICLOPÉDIA de Municípios Brasileiros, 1958, p. 163.

Além da sesmaria do Pinhal, mais duas outras sesmarias contribuíram com suas terras para formar o município de São Carlos. Essas sesmarias recebiam o nome de Sesmaria do Quilombo e Sesmaria do Monjolinho.

O núcleo urbano de São Carlos já havia deixado de ser apenas um aglomerado de pessoas na década de 1850. Em 1857, São Carlos foi elevado a *Distrito de Paz*, por um ato do vice-presidente da província, Dr. Antonio Roberto de Almeida, precisamente no dia 20 de abril. Um ano depois, em 24 de abril de 1858 o presidente da província Joaquim Fernandes Torres a elevou à categoria de *Freguesia*. Antes de completar uma década de *Freguesia*, São Carlos foi elevada à categoria de *Vila*, em 18 de março de 1865. No mesmo ano, em 14 de setembro teve também sua Câmara Municipal empossada. No ano seguinte, 1866, foi criado o termo de São Carlos, anexo a Araraquara, ambos da comarca de Rio Claro. Em 21 de abril de 1880, São Carlos foi elevada a categoria de *Cidade*. E por lei no dia 27 de abril de 1880 foi criada a comarca de São Carlos, mas esta só foi instalada em 30 de dezembro de 1882, tendo como juiz de direito, Manoel Morato de Barros⁸.

As primeiras notícias de plantações de café da região são da década de 1840. Em 1844, no inventário de Carlos José Botelho, o primeiro fazendeiro que cultivou café em São Carlos, encontram-se os primeiros números de pés de café: “três mil pés de cafezal dando fruta e outros novos, a duzentos réis o pé, - 600\$000 rs” (Almanach de São Carlos do Pinhal, 1894, p. XIV). Segundo Ósio (1991), a Fazenda do Pinhal possuía 3.000 mil pés de café em 1844, 15.000 em 1854, e 60.000 em 1862. Paulatinamente outros fazendeiros seguiram sua trilha e o café suplantou a cana de açúcar na cidade.

Pouco depois, em 1876, segundo Truzzi (1986), vieram os primeiros imigrantes para a lavoura de café, por iniciativa particular de Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, que financiou a vinda de 100 famílias alemãs.

Contudo somente na década de 1880 o café se encontrava em franco progresso na região, com a introdução do elemento estrangeiro, principalmente o imigrante italiano. Segundo Madureira (1987) até a década de 1870 a cultura do café na região de São Carlos era incipiente. Na década seguinte, São Carlos acompanhou todo o Oeste Paulista, ampliando e tornando o café a mais importante cultura do município. Para a autora, a expansão cafeeira ocorrida na década de 1880 só foi possível devido à

⁸ ALMANACH de São Carlos do Pinhal, 1894, e ÓSIO, 1991.

presença de colonos estrangeiros, que por vezes conviviam ainda com os escravos nas fazendas de São Carlos.

Quadro 1 - Produção do café (arrobas) - Município de São Carlos (1860-1909)

1860	4.000	1910	1.328.160	1917	1.120.000
1886	66.667	1911	1.403.300	1918	980.000
1892	1.029.696	1912	1.228.034	1919	430.000
1899	1.200.000	1913	1.036.457	1920	1.212.000
1905	1.500.000	1914	1.665.180	1921	745.000
1906	2.214.550	1915	1.170.920	1922	650.000
1909	1.501.472	1916	1.468.180	1923	745.000

Fonte: TRUZZI, 1986, p. 106.

A expansão do café deu um novo dinamismo à região, a infra-estrutura da região foi alterada pela vinda de novas tecnologias. Em 15 de outubro de 1884 foi inaugurada a estrada de ferro ligando a cidade de São Carlos à Rio Claro, e desta à São Paulo e ao Porto de Santos. Em 1889 foi instalado o telefone. No ano seguinte foram canalizadas as águas da Biquinha. Em 1893, foi instalada a iluminação elétrica para casas e vias públicas. São Carlos foi a segunda cidade do interior do Brasil a receber iluminação elétrica⁹. A construção da rede de esgoto pelos engenheiros Malfatti e Hunggins iniciou-se em 1900, e foi concluída e entregue a população em 1903. Em 1913, as ruas foram calçadas com paralelepípedos, dando aparência especial à cidade. E em 1914, vieram os bondes elétricos, pois aqueles de tração animal tiveram uma vida efêmera devido à epidemia de febre amarela, que entre 1895 e 1898 assolou a cidade; provocando uma lacuna no progresso da cidade no final do século passado¹⁰.

Segundo Cincinato Braga (ALMANACH de São Carlos do Pinhal, 1894, p. XLIX), em 1893, a população de São Carlos “com bons dados a de todo o município em 30.000 almas; a urbana, em 8.000 habitantes”. São Carlos contava com 30.000 habitantes em 1893 e, em 1905, sua população já havia dobrado. Segundo o Almanaque de São Carlos (AUGUSTO, 1905, p. s.n.), “calcula-se em sessenta mil almas aproximadamente a população do município”.

O pesquisador Ósio (1991) apresenta um quadro da população de São Carlos para o período de 1872 a 1916 comparando também com outros municípios, quadro

⁹ ENCICLOPÉDIA de Municípios Brasileiros, 1958, p. 169.

¹⁰ ENCICLOPÉDIA de Municípios Brasileiros, 1958; ALMANACH de São Carlos do Pinhal, 1894; CASTRO, 1916-1917; CAMARGO, 1928 e ÓSIO, 1991.

esse baseado no Annuario Demographico de 1917, secção de estatística demografo-sanitária. São Carlos, de 1872 à década de 1890, era o segundo município do interior de São Paulo em número de habitantes, somente abaixo de Campinas; até o ano de 1916 era o terceiro município, abaixo de Campinas e Ribeirão Preto, e segundo o censo de 1916 ele voltou a ser o segundo no interior em número de habitantes.

Quadro 2 - Populações de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos (1872-1916)

	São Carlos	Ribeirão Preto	Campinas	Capital
1872	6.907	5.252	31.397	26.040
1886	16.104	10.420	41.253	47.697
1890	12.651	12.035	33.921	69.934
1900	55.729	59.195	67.694	239.820
1912	48.379	58.220	104.894	400.000
1916	70.209	69.130	104.775	541.690

Fonte: Ósio, 1991, p.73.

Os dados de Melo (1975) revelam a predominância dos imigrantes italianos entre os estrangeiros, tendência que se manteve constante durante o final do século XIX e início do século XX. Segundo o historiador, a cidade de São Carlos contava com 16.104 habitantes no ano de 1886, sendo 14.053 nacionais (87,26%) e 2.051 estrangeiros (12,74%). A maioria dos estrangeiros eram italianos (1.050), depois vinham os portugueses (464), os alemães (371), os espanhóis (117), os austríacos (25), os franceses (quatro), os ingleses (dois), os africanos (12), e os de outras nacionalidades (seis). Segundo Truzzi (1986), em 1886, o número de imigrantes que veio para São Carlos só foi menor do que aquele recebido pela cidade de Campinas. São Carlos recebeu 533 imigrantes em 1886, sendo destes, 458 italianos, a maioria da região setentrional da Itália.

O censo realizado pelo Club da Lavoura de São Carlos, em 1899, mostra o número total e a nacionalidade dos trabalhadores rurais. O total de trabalhadores rurais levantado foi de 24.320 pessoas, destes eram efetivamente ativos 15.688. Os italianos perfaziam o maior número daqueles ativos, 10.396, seguidos pelos espanhóis (1.356), brasileiros negros (1.242), brasileiros brancos (1.028), portugueses (886), austríacos

(447), alemães (211), polacos (119), franceses (três)¹¹. Os dados revelam a importância dos imigrantes italianos para o município de São Carlos, especialmente no mundo rural onde constituíam 66,27% da mão-de-obra rural ativa.

Contrariamente à política nacional de imigração destinada a atrair imigrantes para o trabalho somente nas lavouras de café, muitos iam para as cidades montar pequenos negócios. Algumas vezes alcançavam êxito com seus negócios e se tornavam industriais. Mas como mostra Dean (1971), eles tinham poucas possibilidades de elevarem-se acima da classe inferior, quando muito chegavam ao nível do comércio varejista ou das oficinas mecânicas. Aqueles imigrantes que conseguiam igualar-se aos fazendeiros em posição social eram de origem totalmente diversa da maioria.

A razão mais óbvia, segundo Dean, da preponderância de imigrantes nas atividades comerciais, muito embora não explique sua tendência para a manufatura, é a ausência, quase que completa de um quadro de paulistas com um estilo urbano de vida. A própria vinda dos imigrantes através das companhias de navegação favoreceu o contato com o meio urbano, pois eles passavam dias alojados nas cidades, principalmente em São Paulo, ouvindo narrativas pouco favoráveis do mundo rural. Na cidade de São Carlos também funcionou uma hospedaria de imigrantes na década de 1890, visando a facilitar a vida dos fazendeiros que não precisavam se dirigir para São Paulo em busca de trabalhadores.

Dean ressalta que os imigrantes possuíam muitas vantagens em relação ao trabalhador nacional, no que diz respeito às oportunidades de trabalho nas cidades. É claro, que

além dos seus antecedentes urbanos e da experiência comercial anterior, e além das vantagens que lhes proporcionava um grande mercado de compatriotas, os imigrantes possuíam ainda outra superioridade: as conexões que podiam manter com fontes de capital nos países de origem. (DEAN, 1971, p. 62)

Não se deve esquecer que inicialmente os imigrantes não estavam adaptados aos hábitos brasileiros, e muitas vezes preferiam os produtos que vinham de seus países de origem, devido a seu sabor, por hábito ou por lhe trazer lembranças familiares, ou pela sua qualidade superior. Um fator de atração para o trabalho no comércio, é que muitas vezes os comerciantes estrangeiros preferiam contratar pessoas da mesma nacionalidade para uma melhor comunicação e entendimento. Esse fato ocorria principalmente com

¹¹ BRAGA, HAYASHI, 1995, p. 28.

ingleses, alemães, sírios e libaneses. Segundo Truzzi (1997, p.47), um facilitador para a inserção dos sírios e libaneses no comércio foi o fato de ser o fornecedor seu patrício e de necessitarem apenas um conhecimento rudimentar da língua portuguesa. Os mascates trabalhavam para os patrícios já estabelecidos que lhes adiantavam as mercadorias a serem vendidas. Após a venda, era feito o acerto de contas. Um fornecedor de mercadorias normalmente já havia sido um mascate, isto significa dizer que, conhecia bem o trabalho a ser feito e servia de fonte de aspiração para o iniciante. Além disso, muitas vezes o mascate era um parente ou um conterrâneo do fornecedor, o que estreitava ainda mais os laços. Não parece ter sido o caso dos italianos, pois segundo Eugenio Bonardelli, funcionário consular italiano, os italianos rapidamente esqueciam a língua italiana entre seus descendentes. Segundo Dean (1971), Bonardelli observou que a razão disso era a ausência da utilidade prática da mesma.

Segundo os Almanques de São Carlos dos anos de 1894 e 1916-1917, antes de terem alguma presença como proprietários de terra, os imigrantes italianos estavam inseridos na vida urbana principalmente como pequenos comerciantes e artesãos. O elemento italiano ajudou no progresso do comércio e da indústria da cidade de São Carlos.

Segundo Domingos de Lucca (habitante de São Carlos), São Carlos, entre outras cidades do Estado, deve ao elemento italiano grande parte de sua estruturação étnica e de sua situação econômica atual.

Desde os tempos em que os camaradas, em numerosas turmas, bivacavam no Largo de Santa Cruz ou no Largo da Estação, acotovelados nos postigos do ‘quiosques’ já idos, esperando que os feitores farejassem as ruas de café, entupidas de *marmelado* e sapé; desde os tempos em que os carroções ou carros de boi, já idos também, se encostavam à Estação da Paulista, na espera de comboios de colonos robustos que vinham em demanda das fazendas abandonadas por falta de braços; desde esses tempos aos dias de hoje em que um sem numero de seres, de ambos os sexos, de todas as idades, de todas as cores, de muitas nacionalidades, forma ‘pingentes’ nos portões da Fabrica de Tecidos, da Fabrica Facchina e Giometti, da Officina Censoni, etc. Muita água se passou pelo Gregorio abaixo, muitas etapas tem feito São Carlos, muitas cousas têm-se transformado, mas o elemento italiano, em mil formas diversas, desde os mais humildes aos mais altos cargos, tem-se *ponizado*, movendo-se, fazendo-se mover, produzindo ele mesmo o movimento neste chãos turbinoso de ansiedades, de desejos, de contrastes, que é o progresso.

Não ha recanto de S. Carlos onde o obreiro italiano não haja colocado uma pedra, não ha um recanto de S. Carlos que não tenha sido pisado, movido, vivificado, direta ou indiretamente, unicamente ou em colaboração, por italianos. (CAMARGO, 1928, p. s.n.)

Para Lucca, os humildes trabalhadores do campo que amaram e se enraizaram nesta terra, elevaram-se com muito esforço e paciência “da roça ao pequeno comércio, do pequeno ao grande comércio, da pequena à grande indústria, e do comércio e da

indústria à roça novamente, já não mais como humildes e benéficos colonos, mas proficientes sitiantes ou abastados fazendeiros” (CAMARGO, 1928, p. s.n.).

Trento detecta já nas primeiras correntes migratórias as atividades urbanas desempenhadas pelos italianos no Estado de São Paulo.

Ao chegarem num momento de transição, isto é, quando a escravidão entra em crise e se recorre ao trabalho livre, os imigrantes conseguem inserir-se num contexto urbano ainda magmático, que oferece possibilidades de empregos em fase de gestação e de definição, e, portanto, ainda não aproveitadas pelos poucos trabalhadores locais. Em todos os setores do trabalho urbano, por longo tempo, prevalecerá uma situação de monopólio por parte dos estrangeiros. (TRENTO, 1989, p. 127).

A presença do imigrante italiano no comércio de São Carlos é marcadamente percebida pelo grande número de casas comerciais de propriedade de italianos¹². Primeiramente os italianos dirigiram-se para o comércio ambulante; ao se estabelecerem nas cidades, os mascates abriam uma lojinha, de preferência de gêneros alimentícios, de armarinhos ou de artigos diversos¹³. Em 1894, São Carlos contava com 19 mascates sendo destes dez italianos, com 44 armazéns de fazendas dos quais 35 eram de italianos, com 32 armazéns de ferragens e tintas dos quais 18 eram de italianos. Em 1916-1917, São Carlos contava com dez lojas de fazenda, armarinhos, chapéus, roupas feitas, etc. destas quatro eram de propriedades de italianos.

Quadro 3 - Imigrantes italianos no comércio alimentício - 1894

	Italianos	Total
Açougues	11	16
Aguardente (depósito)	0	01
Botequins, bares e restaurantes	27	40
Padarias	08	10
Secos e molhados	115	190

Fonte: RIZZOLI, s.d. apud *Almanach de São Carlos do Pinhal*, 1894, p. 95-114.

Quadro 4 - Imigrantes italianos no comércio alimentício - 1916-1917

	Italianos	Total
--	-----------	-------

¹² Observa-se que os comerciantes aqui relacionados eram aqueles que pagavam impostos, pois utilizou-se como fonte os Almanques de São Carlos que mostravam apenas aqueles que legalmente contribuíam com impostos para o município.

¹³ TRENTO, 1989, p. 129.

Açougues	11	16
Armazéns de secos e molhados, louças, cristais, etc.	05	09
Botequins	04	05
Confeitarias	01	02
Padarias	01	03
Restaurantes e casas de pensão	01	03

Fonte: CASTRO, 1916-1917, p. s.n.

Segundo Trento (1989), além do setor comercial, o mundo do trabalho urbano oferecia outras possibilidades de inserção ao imigrante italiano, principalmente às camadas mais baixas. Os italianos eram numerosos entre os barbeiros, sapateiros, alfaiates, cocheiros, carregadores, marmoristas, marceneiros, ferreiros, entre outros. Em São Carlos, segundo os dados do Almanaque de 1894, os imigrantes italianos ocupavam preferentemente as seguintes profissões: alfaiataria (93,75%), barbeiros (76,92%), cocheiros (66,67%), ferreiros e serralheiros (60%), marceneiros e carpinteiros (66,67%), marmorista (100%) e sapateiro (91,18%). Em 1916-1917, basicamente todos os alfaiates, ferreiros, sapateiros da cidade eram italianos.

Segundo Trento (1989), era no setor de subemprego e das atividades marginais que se encontrava o monopólio dos imigrantes italianos. Os engraxates, aguadeiros, vendedores de peixe, castanhas assadas e os vendedores de jornais representavam “um exército de italianos”. Os Almanques trazem poucos dados sobre essas atividades em São Carlos.

Quadro 5 - Imigrantes italianos em subempregos e atividades marginais - 1894

	Italianos	Total
Amoladores de facas	03	03
Formigueiro (tiradores de)	01	02
Vendedores ambulantes de loteria	0	03

Fonte: RIZZOLI, s.d. apud Almanach de São Carlos do Pinhal, 1894, p. 95-114.

Já, no setor das profissões liberais urbanas, os imigrantes italianos eram praticamente inexpressivos.

Quadro 6 - Imigrantes italianos em profissões liberais - 1894

	Italianos	Total
Advogados	0	08
Médicos	02	14
Dentistas	0	03

Guarda-livros	0	11
Professores de música	03	04
Engenheiros	0	03
Farmacêuticos	0	04

Fonte: RIZZOLI, s.d. apud Almanach de São Carlos do Pinhal, 1894, p. 95-114.



Dr. Vicente Pellicano

— MEDICO —

Formado pela Universidade de Nápoles e habilitado pela academia do Rio de Janeiro, reside à

Rua do Garralho n. 63

ORDEM E PROGRESSO. São Carlos, 16 mar. 1895.

O primeiro médico italiano que veiculou seus serviços no jornal foi o Dr. Vicente Pellicano, no ORDEM E PROGRESSO do dia 16 de março de 1895. Em 1896, o Dr. Pellicano era agente consular italiano em São Carlos, durante a epidemia de febre amarela, e era proprietário de uma fazenda em Taquaritinga-SP (O SÃO CARLOS DO PINHAL. São Carlos, 10 jun. 1896).

Quadro 7 - Imigrantes italianos em profissões liberais - 1916-1917

	Italianos	Total
Advogados	0	12
Dentistas	0	08
Farmacêuticos	0	06
Médicos	02	10

Fonte: CASTRO, 1916-1917, p. s.n.

Apesar de ainda modestas, encontravam-se algumas indústrias já no ano de 1894.

Quadro 8 - Imigrantes italianos em pequenas indústrias - 1894

	Italianos	Total
Café em pó (fábrica)	0	01
Empresa funerária	0	01
Empresa telefônica	0	01
Fábricas de cerveja, gasosas	05	08
Fábricas de charutos	01	01
Fábricas de macarrão	05	05
Fábricas de sabão	01	02

Fonte: RIZZOLI, s.d. apud Almanach de São Carlos do Pinhal, 1894, p. 95-114.

Quadro 9 - Imigrantes italianos em pequenas indústrias - 1916-1917

	Italianos	Total
Cervejarias	01	02
Máquinas de beneficiar café e arroz	01	02

Fonte: CASTRO, 1916-1917, p. s.n.

Segundo Truzzi (1986), os italianos se dirigiram às profissões que eles exerciam já na sua pátria, geralmente aquelas que exigiam habilidades manuais, experiência e treinamento técnico. Esse era o caso de Michelle Giametti, ferreiro na Itália e em São Carlos, onde possuía uma oficina de conserto de carroças, ou Pietro Maffei, que era oleiro e continuou sua profissão em Campinas, antes de se transferir para São Carlos; como Dante Ciarrocchi, Rugiero Mastrofrancisco, Abel Fiogo, entre outros.

O número relativo dos imigrantes italianos nas atividades comerciais em geral se manteve praticamente igual entre os anos de 1894, com 45,75% de italianos, e 1916-1917, com 44,05%, isto é, uma variação percentual de 1,7%. Alguns segmentos do comércio mantiveram-se de forma constante nas mãos de imigrantes italianos no período; em outros segmentos houve aumento da participação dos imigrantes italianos, como é o caso das alfaiatarias e dos sapateiros. Em outros setores eles só começaram a participar depois de 1894, como por exemplo os compradores de café (33,33% em 1916-1917) e nas tipografias (57,14% em 1916-1917). Observa-se então como é forte a relação entre a imigração italiana e o comércio, bem como as modificações geradas nesse comércio pela entrada maciça de imigrantes italianos no final do século XIX e início do século XX.

Referências

ALMANACH de São Carlos. São Carlos do Pinhal: Edictora a empreza d'O Popular, 1894.

AUGUSTO, Joaquim (Org.). *Almanaque de S. Carlos*. São Carlos: Typographia Aldina, 1905. Anno 1.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMARGO, José Ferraz (Org.). *Almanach Annuario de S. Carlos*. São Carlos: [s.n.], 1928.

CASTRO, Franklin de (Org.). *Almanach-album de São Carlos*. São Carlos: Typografia Artística, 1916-1917.

CERVO, Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: UNB, 1981. (Coleção Temas Brasileiros, n.21).

CLUB da Lavoura. Estatística agrícola do município de São Carlos do Pinhal - 1899. In: BRAGA, Antonio Carlos Vilela; HAYASHI, Maria Cristina P. I. (Org.). *Café, comércio, energia e comunicação em São Carlos: 1880 – 1920: fontes documentais e subsídios para pesquisa*. São Carlos: ASSER, 1995. (Série Documentos n.2).

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1998.

_____. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: EdUNESP, 1999.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. São Paulo: Difel, 1971.

ENCICLOPÉDIA de Município Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. (Municípios do Estado de São Paulo - r-z, v.30)

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1991.

GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. 2.ed. fac-sim. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Coleção Paulista, v.12).

HALL, Michael M. Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920. *Quaderni Storic*, v.25, Aprile, 1974.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ISENBURG, Teresa. La grande emigrazione dall'Italia dell'ottocento. *Cadernos do Arquivo de História Contemporânea*, n.2, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Between slavery and free labour: experiments with free labour and patterns of slave emancipation in Brazil and Cuba 1830-1888*. Londres, 1993. Tese de Ph.D.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Origem e crescimento da indústria na região "Araraquara - São Carlos" (1900-1970)*. 1979. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

MADUREIRA, Maria de Anunciação. *A diversificação das atividades urbanas em São Carlos face à cafeicultura - 1860 a 1920*. 1987. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1987.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MELO, Vilmo Guimarães. *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos*. 1975. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1975.

ÓRIO, Júlio Roberto. *A saúde do capital: o processo de organização dos serviços de higiene e saúde em São Carlos - 1850 - 1920*. 1991. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal em São Carlos, São Carlos 1991.

RIZZOLI, Alvaro. *Imigração e violência*. Universidade Federal de São Carlos, 1995. Relatório do CNPq. Trabalho não publicado.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros passos, n.203).

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homem, mercadoria e capital. (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar, 1986.

_____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura*. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930. São Paulo: Hucitec, 1991.